PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLOS BARBOSA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

2º QUADRIMESTRE DE 2021

AUDIÊNCIA PÚBLICA – AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

REALIZADA EM 29 / 09 / 2021.

Obedecendo a legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao 2º Quadrimestre de 2021, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

Os números são originários dos relatórios bimestrais e semestrais publicados no quadro de publicações oficiais, no site do município, www.carlosbarbosa.rs.gov.br e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita, da despesa, do resultado primário e da dívida pública consolidada.

1. METAS FISCAIS

1.1 Resultado Primário / Acima da linha

O Resultado Primário, principal indicador de solvência fiscal do setor público, tem por finalidade demonstrar a capacidade do Município em honrar o pagamento de sua dívida utilizando suas receitas próprias. Nesse cálculo, são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas fiscais, que não incluem, pelo lado das receitas, as financeiras, operações de crédito e alienação de bens, e do lado da despesa, a concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações).

No período de janeiro a agosto de 2021, o resultado primário foi de R$ 29.157.829,75. Esse valor é R$ 31.359.907,70, superior ao valor fixado no anexo de metas fiscais da LDO para 2021, no montante de R$ -2.202.077,95.

O desempenho favorável demonstra que as receitas fiscais foram suficientes para suportar integralmente as despesas fiscais, inclusive para pagamento da dívida e encargos, cujo dispêndio no período totalizou R$ 2.634.663,25.

O superávit observado se deu principalmente pela constante vigilância nos gastos e a contenção da despesa, principalmente as de serviços de terceiros e despesas de capital colaboraram e muito neste resultado. (1 Res Primário e Nominal 2º Quadr 2021).

1.2 Resultado Nominal / Abaixo da Linha

O Resultado Nominal abaixo da linha foi de R$ 37.318.310,13 e corresponde a diferença apurada entre a Dívida Consolidada Líquida apurada neste quadrimestre no montante de R$ -41.341.943,30 pelo montante de R$ -4.125.054,18 apurado em 31/12/2020. Este demonstrativo apresenta um resultado favorável do ativo disponível acrescido dos haveres financeiros e deduzidos os restos a pagar em relação a Dívida Consolidada do período. (1 Res Primário e Nominal 2º Quadr 2021).

2. RECEITA

A Receita Orçamentária total atualizada que compreende a soma das receitas correntes e de capital e as deduções para o Fundeb, foi estimada para o período em R$ 101.333.333,33. A receita efetivada no período de janeiro a agosto de 2021 alcançou R$ 117.521.354,65, tendo sido arrecadado portanto, 115.98% da meta do período. O desempenho da receita teve um resultado superior ao programado no período, principalmente pela retomada da economia no segundo semestre de 2020 e permanecendo neste período do ano. (2 Comp Rec Realizada 2º Quadr 2021).

2.1 Receitas Correntes

O total das Receitas Correntes estimada para o período, de acordo com a programação financeira, foi de R$ 105.962.700,00. Os valores realizados corresponderam a R$ 120.956.973,00, superior 14,15% da meta estabelecida. Nesse grupo, as receitas mais significativas são as Transferências Correntes com 73,87% do total da receita corrente realizada. (2 Comp Rec Realizada 2º Quadr 2021).

2.1.1 Receita de Impostos, Taxas e Contribuição Melhoria

A Receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhorias atingiu ao final do quadrimestre em análise o montante de R$ 24.580.745,40 que, confrontada com a previsão para o período de R$ 20.969.466,67, representa uma realização de 117,22% em relação ao valor estimado.

A arrecadação do IPTU do exercício alcançou 98,85% da meta, ou seja, previa-se o ingresso de R$ 10.565.000,00, tendo sido arrecadado R$ 10.443.980,23. Esta receita foi mais expressiva neste período pela alteração da data de vencimento da cota única para 15 de junho. Restando arrecadar 02 parcelas no próximo período.

O ITBI - Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, para o qual havia uma projeção de R$ 2.266.666,67, acumulou no período R$ 2.879.061,51, alcançando 127,02% do valor estabelecido.

Em relação ao ISSQN do exercício, a arrecadação no período foi de R$ 7.499.431,70, o que representa 99,81% da programação para o período no montante de R$ 7.513.333,33. O desempenho dessa importante fonte de receita municipal deve-se principalmente pela retomada da prestação de serviços na economia, muito afetada com a paralisação da atividade em virtude do COVID-19. Estimamos para o presente exercício a volta total dos níveis praticados anteriores a pandemia, porem **"a oportunidade perdida"** não será recuperada.

As taxas apresentaram o ingresso de R$ 826.736,80 contra uma projeção para o período de R$ 768.200,00. Arrecadou-se, portanto, 107,62% do valor previsto.

A Contribuição de Melhoria possui uma previsão de R$ 13.466,67, realizando no período R$ 7.650,60, portanto 56,81% do previsto. (2 Comp Rec Realizada 2º Quadr 2021).

2.1.2 Receita de Contribuições

As Receitas de Contribuições acumularam no período o valor de R$ 3.098.801,36, correspondendo a 90,59% da previsão inicial de R$ 3.420.800,00.

A arrecadação de Contribuições Sociais representou 80,13% da meta do período, arrecadando R$ 1.939.765,05. Já a Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública arrecadou R$ 1.159.036,31, sendo 115,90% do previsto. Esta arrecadação só foi possível graças as ações de eficiência energética, fiscalização e gestão da cobrança da CIP implementadas nos últimos anos. (2 Comp Rec Realizada 2º Quadr 2021).

2.1.3 Receita Patrimonial

As Receitas Patrimoniais, constituídas principalmente pelas rendas auferidas na aplicação de recursos no mercado financeiro, acumularam no período o valor de R$ 2.759.072,72, correspondendo a 65,82% da previsão inicial de R$ 4.191.782,67.

Os rendimentos vinculados ao IPRAM, representaram 58,75% destas receitas, acumulando no período o valor de R$ 1.620.932,22, do montante inicial de R$ 3.707.582,67, alcançando 43,72% da meta. (2 Comp Rec Realizada 2º Quadr 2021).

2.1.4 Receita Agropecuária

A Receita Agropecuária constituída pelo financiamento de insumos destinados a programas da produção primária acumulou no período em análise R$ 298.853,89, representando 91,11% do estimado no montante de R$ 328.000,00. (2 Comp Rec Realizada 2º Quadr 2021).

2.1.5 Receita Industrial

A Receita Industrial, constituída pelo fornecimento de brita para fomento à produção, acumulou no período em análise R$ 12.374,11. Estimamos uma arrecadação no período de R$ 6.666,67, o arrecadado representa 185,61% do programado. (2 Comp Rec Realizada 2º Quadr 2021).

2.1.6 Receita de Serviços

As Receitas de Serviços acumularam no período R$ 2.913,40, correspondendo a 0,10% da previsão para o período no montante de R$ 2.941.800,00. Neste segmento, a principal fonte é a receita de ingressos do FestiQueijo que neste ano não se realizou no formato tradicional, frustrando e muito esta receita. (2 Comp Rec Realizada 2º Quadr 2021).

2.1.7 Transferências Correntes

As transferências correntes dizem respeito as receitas que são realizadas pelo repasse de recursos da União, Estado, de Convênio, Instituições Privadas e ou Pessoas Físicas.

2.1.7.1 Transferências da União

Nas transferências Correntes da União deve ser destacada a participação do Município no FPM, cujos valores transferidos ao Município, no período em análise, foram de R$ 22.229.048,24, superando a expectativa inicial que era de R$ 18.596.733,33. No período representou 119.53%, do valor estimado. (2 Comp Rec Realizada 2º Quadr 2021).

Outras expressivas fontes de recursos da união são os destinados para a manutenção da saúde e da educação. No período foram arrecadados R$ 3.129.030,56 para o Sistema Único de Saúde - SUS, representando 141,95% do programado para o período no montante de R$ 2.204.266,67.

O FNDE repassou para Manutenção do Ensino no período o montante de R$ 985.329,97, representando 110,12% do valor estimado para o período de R$ 894.800,00.

Não houve arrecadação no período relativo as transferências da união de compensações pela desoneração do ICMS incidente sobre produtos exportados, criado pela LC 87/96, chamada Lei Kandir. Estimamos um valor simbólico apenas para constar para o período no montante de R$ 1.000,00.

Neste período registramos a arrecadação do montante de R$ 913.417,61 de auxílio financeiro da L.C. nº 176/2020.

2.1.7.2 Transferências do Estado

No grupo das Transferências Correntes do Estado, o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais da Cota Parte do ICMS, que realizou no período R$ 48.908.337,33 contra uma projeção de R$ 39.333.333,33, alcançando 24,34% superior a projeção.

A estimativa dessa receita considerou as informações fornecidas pela Coordenadoria de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Estadual, além do pagamento de ICMS atrasado em virtude da privatização da CEEE.

O IPVA, que retorna 50% para o município, teve uma previsão de arrecadação para o período de R$ 4.266.666,67, a sua efetiva arrecadação foi de R$ 5.025.896,67, alcançando 117,79% do estimado.

Outro item significativo das transferências estaduais é o IPI Exportação. A sua previsão de arrecadação para o período foi de R$ 533.333,33 e a sua efetiva arrecadação de R$ 526.883,03, alcançando 98,79% da projeção. (2 Comp Rec Realizada 2º Quadr 2021).

2.1.7.2.1 Transferências de Convênios

No grupo das Transferências Correntes de Convênios do Estado estimamos no período o montante de R$ 184.066,67, efetivando-se R$ 231.440,82, correspondendo a 125,74% da previsão. O item mais significativo refere-se as transferências dos convênios com o Estado para manutenção do Transporte escolar de alunos da rede Estadual. Estimava-se para o período o ingresso de R$ 173.333,33, e no período a arrecadação foi R$ 222.523,45, correspondendo a 128,38% do estimado. (2 Comp Rec Realizada 2º Quadr 2021).

2.1.7.4 Transferências de Instituições Privadas

No grupo das Transferências Correntes de Instituições Privadas destacamos as contribuições para o Fundo Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes, com uma previsão de arrecadação no período de R$ 1.107.133,33 e realizou R$ 166.884,13, representando 15,07% do programado.

Outra expressiva receita de transferência de Instituições Privadas é a Contribuição para manutenção da educação infantil. Criado em 2010 o FUMCRECHE arrecadou no período R$ 262.356,21 do estimado, no montante de R$ 266.666,66, representando 98,38%.

O Fundo Municipal EU PROJETO, criado em 2018, visa promover ações em educação e segurança no município. Neste período arrecadamos o montante de R$ 60.403,00, contra uma previsão de R$ 253.333,33, representando 23,84% do estimado para o período. O mesmo não efetivou a sua plena arrecadação em virtude do cancelamento de aulas presenciais em 2021. (2 Comp Rec Realizada 2º Quadr 2021).

2.1.7.5 Transferências de Outras Instituições Públicas

Nesta classificação são registrados os repasses de Fundos públicos, destacamos o **FUNDEB** – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. As Transferências de recursos do FUNDEB foram estimadas para o período em R$ 8.000.000,00, efetivando-se o montante de R$ 11.169.698,86, o acréscimo no período foi de 139,62% em relação ao estimado.

A base de cálculo para o retorno dos recursos é o Censo escolar de 2019, onde estimamos uma perda no final do exercício de 2021 em R$ 5.443.200,00**.** Efetivou-se neste período o montante de R$ 2.900.814,90. Este resultado deveu-se principalmente pelo baixo número de alunos matriculados na rede

de ensino municipal, base para retorno dos recursos retidos sobre os Impostos e transferências repassadas. (2 Comp Rec Realizada 2º Quadr 2021).

As perdas com o FUNDEB, desde a sua criação, alcançam o montante de **R$ 40.957.223,96.** (4 Perdas FUNDEB 2006-2020).

Não vemos perspectivas de melhoras neste cenário, pois o acréscimo no número de matrículas na Educação Básica da rede municipal nos últimos 16 anos é inferior ao necessário. Seriam necessários o ingresso de aproximadamente 800 crianças para não ocorrerem perdas.

No conjunto das três redes de ensino, vemos uma diminuição do número de matrículas. Em 2000, tínhamos 5.001 crianças matriculadas nas 3 redes de ensino, Em 2019 contamos com 4.886, um decréscimo de **2,30%**. Fazem quase 20 anos que visualizamos uma retração no número de matrículas no ensino Fundamental e Médio, ao contrário do ensino Infantil que vem crescendo o número de matrículas.

Outro dado importante que deve ser considerado é que esta diminuição deu-se em maior percentual na zona rural. De 2006 a 2019, a diminuição das matrículas nas escolas rurais foi de **16,86%** contra **+2,01%** das matrículas das escolas urbanas.

2.1.7.5.1 – Dados Populacionais

Inversamente proporcional as quantidades de matrículas, a população de Carlos Barbosa vem crescendo, numa clara demonstração da migração de famílias sem filhos em idade escolar.

Em **1970** a população era de 12.374 habitantes, sendo **69,12%** destes na zona rural, que eram 8.553 habitantes e **30,88%** na zona urbana, ou sejam 3.821 habitantes. Já em **2010**, segundo o Censo populacional, éramos 25.193 habitantes, sendo 5.200 na zona rural, ou seja **20,64%,** e, na zona urbana 19.993 ou seja **79,36%.**

No ano de **2020** o IBGE publicou a estimativa populacional do Brasil e Carlos Barbosa alcançou **30.241 habitantes**. Se aplicarmos os índices de 2010 sobre o total da população temos 6.242 habitantes na zona rural e 23.999 habitantes na zona urbana. (6 Comparativo População 2020).

2.1.7.7 Transferências de Pessoas Físicas

As Transferências de Pessoas Físicas correspondem as contribuições ao FUMDICA efetuadas por pessoas físicas e no período em análise foi arrecadado R$ 75.750,00, contra uma estimativa inicial de R$ 26.666,66. O arrecadado representou 284,06% do estimado. (2 Comp Rec Realizada 2º Quadr 2021).

2.1.9 Outras Receitas Correntes

A arrecadação até o período de Outras Receitas Correntes, foi de R$ 858.499,34, representando 109,67% do programado no montante de R$ 782.784,00. Destaca-se as Receitas de Compensação Financeira entre o RGPS e o IPRAM que atingiram o montante de R$ 344.819,63, representando 83,42% do valor estimado de R$ 413.333,33. (2 Comp Rec Realizada 2º Quadr 2021).

2.2 Receitas de Capital

Nesta categoria são registradas as receitas de recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital.

2.2.1 Operações de Crédito

Neste período realizamos arrecadação de Operação de Crédito do Programa FINISA/2020 no montante de R$ 4.794.085,19, faltando ainda a captação de R$ 768.371,13.

2.2.2 Alienação de Bens

A Alienação de Bens Móveis e Imóveis não houve arrecadação no período.

2.2.3 Amortização de Empréstimos

O grupo de amortização de empréstimo corresponde as amortizações do Loteamento Dei Fiori, onde estimava-se a arrecadação de R$ 33.333,33 para o período e realizamos R$ 55.627,09, correspondendo a 166,88% do estimado.

2.2.4 Transferências de Capital

As Transferências de Capital efetivaram-se no montante de R$ 965.207,40. Registramos o ingresso da transferência para as seguintes obras: (2 Comp Rec Realizada 2º Quadr 2021).

- ✓ Pavimentação asfáltica na Rua Luiza P. Giacomelli em R$ 96.566,13;
- ✓ Pavimentação asfáltica na Rua Ubaldo Baldasso em R$ 178.285,71;
- ✓ Pavimentação asfáltica na Rua B. Gonçalves/Veranópolis em R$ 96.182,89;
- ✓ Min. Esportes – Infra no Ginásio Sergio L. Guerra em R$ 74.259,42;
- ✓ Min. Turismo – Pavimentação Rua Arlindo Marcon em R$ 219.757,55;
- ✓ Min. Turismo – Reforma Parque da Estação / Palco em R$ 55.750,57;
- ✓ Min. Turismo - Revitalização da Praça Centra em R$ 174.405,13;
- ✓ SOH/RS – Poços Artesianos em R$ 70.000,00.

2.7 Receitas Correntes Intraorçamentárias

A receita corrente Intraorçamentária corresponde as contribuições sociais previdenciárias e são destinadas a cobertura dos benefícios concedidos e para formação das Reservas Atuarias.

2.7.2.1 Contribuições Sociais

A contribuição social no período foi de R$ 6.179.613,36, representando 80,21% do projetado no montante de R$ 7.704.200,00. (2 Comp Rec Realizada 2º Quadr 2021).

2.9 Deduções de Receitas

2.9.1 (R) Deduções da Receita Corrente

As deduções de receita corrente são relativas a descontos de antecipação, perdas de rendimentos e ou deduções para Fundos intergovernamentais e elas correspondem a uma retenção financeira.

2.9.1.1.1 (R) Deduções de Impostos

As deduções de Imposto correspondem ao desconto concedido aos contribuintes que pagarem em cota única o IPTU 2021. Estimamos descontos em até R$ 1.000.000,00 no período. Efetivando-se o montante de R$ 797.328,56. Este resultado ficou abaixo pela alteração da alíquota do desconto que caiu de 10% em 2020 para 7% em 2021.

2.9.1.1.3 (R) Deduções Contribuição de Melhoria

Igualmente aos impostos, as deduções de Contribuição de Melhoria correspondem ao desconto concedido aos contribuintes que pagarem em cota única. Estimamos R$ 1.000,00 de descontos. Neste período não se efetivou.

2.9.1.3 (R) Deduções de Receita Patrimonial

As deduções de Receitas Patrimoniais correspondem as perdas de rendimentos de aplicações dos recursos do IPRAM, relativos a Renda Fixa e Renda Variável. Neste período realizamos perdas de R$ 562.309,07.

2.9.1.7 (R) Deduções Transferências Correntes

As deduções de Transferências Correntes correspondem aos 20% retidos para formação do FUNDEB e correspondem a uma retenção financeira.

Estimamos uma dedução no período de R$ 11.628.800,00, efetivando-se o montante de R$ 14.070.513,76, ou seja 121,00% do projetado. (2 Comp Rec Realizada 2º Quadr 2021).

3. DESPESA

Considerando todas as fontes de recursos, a Despesa Total liquidada, nela incluída a transferência da cota patronal para o IPRAM, PROARTE e o LEGISLATIVO, neste período apresentou uma execução inferior à Receita Total realizada no montante de R$ 117.521.354,65. Em valores acumulados, a correlação despesa total/receita demonstrou um superávit orçamentário de R$ 40.825.408,91. A meta estabelecida para assegurar o equilíbrio fiscal consiste em obter a relação

despesa pública/receita pública não inferior a 3%, sendo que o resultado obtido foi de 34,74%, o que permite confirmar o cumprimento da meta.

A Despesa Liquidada no acumulado do período totalizou R$ 76.695.945,74, correspondendo a 69,70% da despesa empenhada no montante de R$ 110.041.836,02.

Com relação ao pagamento da dívida pública - juros e amortização – no período alcançou o montante de R$ 2.634.663,25, representando 3,44% das despesas liquidadas.

Já em relação as despesas com investimentos, estas alcançaram 3,02% das despesas liquidadas, totalizando R$ 2.315.814,20. (7 Bal Orçam 2º Quadr 2021).

4. DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA LRF

4.1 Despesa Pessoal - Executivo

A Despesa de Pessoal do Executivo calculada conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Secretaria do Tesouro Nacional, item mais significativo no conjunto das despesas fiscais em relação a Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses (Set/2020 a Ago/2021), está abaixo do limite prudencial de 51,30%, apresentando o comprometimento de **35,53%.** (8 Gasto Pessoal Exec 2º Quadr 2021)

4.2 Despesa Pessoal - Legislativo

A Despesa de pessoal do Poder Legislativo também segue os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Secretaria do Tesouro Nacional, tendo alcançado o comprometimento de **0,65%** da Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses (Set/2020 a Ago/2021), estando abaixo do limite prudencial de 5,70%. (10 Gasto Pessoal Leg 2º Quadr 2021).

5. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, computadas as perdas do FUNDEB, no acumulado do período, totalizaram R$ 16.983.095,32, o que corresponde a **18,02%** da Receita de Impostos e Transferências. Observa-se que o Município no período não atingiu o limite de 25% estabelecido pela Constituição Federal.

Conforme demonstrado na linha 29 do quadro 11, em função do número de alunos matriculados no ensino fundamental, o Município é deficitário em relação ao FUNDEB. Assim, a perda no período de R$ 2.900.814,91, está sendo computada como gasto em educação para fins de apuração dos limites.

Também, em cumprimento ao art. 26 da Lei Federal 14.113/20, que obriga a aplicação de uma parcela não inferior a 70% dos recursos do Fundeb na remuneração dos profissionais da Educação Básica em efetivo exercício de suas atividades no municipal, aplicou-se no período **74,53%** dos recursos recebidos. (11 RREO Educação 2º Quadr 2021).

Um dado importante de investimento em educação e que não é computado nos gastos mínimos de 25% da Receita resultante de impostos e Transferências na Manutenção do Ensino Básico é o transporte dos estudantes universitários.

Em 2017 foi empenhado o montante de R$ 3.470.760,53 representando 18,40% do montante aplicado em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, em 2018 o montante empenhado foi de R$ 3.197.149,98 representando 15,43%, em 2019 foi empenhado R$ 3.349.400,00 representando 12,29% e no ano de 2020 em função da pandemia e suspensão das aulas apenas R$ 626.000,00. O decrescente comprometimento, excluído 2020, revela a eficiência no modelo adotado de gestão do transporte universitário, reduzindo os gastos sem deixar de prestar os serviços, eliminando desperdícios de recursos.

Para 2021, especificamente neste período, o município aportou recursos no montante de R$ 2.275.000,00 e liquidou R$ 604.030,00, representando 3,56% do aplicado efetivamente em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica. Devido a paralização das algumas aulas os valores estão abaixo da normalidade de viagens, sendo que os montantes serão ajustados e provavelmente ocorrerão devolução dos recursos não utilizados.

6. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Os gastos com saúde atingiram no período o montante de R$ 12.203.726,20, o que corresponde a **12,67%** sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências. Observa-se, portanto, o não cumprimento do limite de 15% estabelecido na Emenda Constitucional nº 29/2000. (12 RREO Saúde 2º Quadr 2021).

7. DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA

A Dívida Consolidada por contratos neste período de 2021 alcançou o montante de R$ 20.025.196,09, apresentando um decréscimo de 8,99% em relação ao montante do exercício anterior de R$ 22.003.762,48.

Já a Dívida Consolidada Líquida por contratos no atual exercício apresentou um decréscimo de 1.002,21%, passando do montante auferido no exercício anterior de R$ -4.125.054,18 para o montante de R$ -41.341.943,30.

Este resultado deveu-se pelo aumento da disponibilidade de caixa de 2021 em comparação com o exercício anterior.

Em decorrência desse decréscimo a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida ficou em -27,32%, contra -3,00% no exercício anterior, demonstrando que o Município atendeu as determinações da Resolução nº 40 do Senado Federal, a qual disciplina que a Dívida Consolidada Líquida não poderá exceder a 1,2 vezes (120%) a Receita Corrente Líquida.

O Passivo Atuarial (RPPS) ao final do quadrimestre totalizou R$ 142.683.692,60 e as reservas financeiras alcançaram o montante de R$ 112.144.873,76. (13 RGF Dívida Consol 2º Quadr 2021).

8. COMENTÁRIO FINAL

Os resultados apresentados permitem concluir que a meta fixada para o Resultado Primário para o período foi superada. As Despesas com Pessoal e a Dívida Consolidada Líquida como proporção da Receita Corrente Líquida encontram-se abaixo dos limites legais. O gasto com Educação e Saúde não atingiram o mínimo obrigatório de 25% e 15% respectivamente neste período. Fica assim demonstrado resultado positivo das metas fiscais estabelecidas, com exceção dos gastos em Educação e Saúde, atendendo os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

JOSÉ CARLOS CUSTODIO
Contabilista
CRC 41.530

VANDERLEI RODRIGUES SCHNEIDER
Secretário Municipal da Fazenda

EVERSON KIRCH
Prefeito Municipal